



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO
SERVIDOR MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ADMINISTRADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

Os saltos da natureza

“*Natura non facit saltus*” (a natureza não dá pulos). A frase é do filósofo alemão Leibniz, mas quem a popularizou foi Charles Darwin, que a repete seis vezes em “A Origem das Espécies”. Não é para menos. A lição fundamental do darwinismo é que a evolução ocorre através de pequenas modificações que se acumulam na profundidade do tempo geológico. Todavia, quando se discute o lugar do homem no mundo biológico, esquecemos esse princípio e embarcamos em narrativas que nos colocam no ápice da criação.

Esse suposto excepcionalismo humano fica escancarado na questão da consciência. Por muito tempo a descrevemos como atributo exclusivamente humano. Melhores e mais recentes pesquisas, entretanto, vão revelando que não é bem assim. Ainda que bichos não se mostrem capazes de perguntar pelo sentido da vida, há indícios de que boa parte do reino animal apresenta algum grau de consciência.

O livro “Super Fly” (supermosca), de Jonathan Balcombe, estende esse esforço aos *Diptera*, ordem que inclui moscas, mosquitos, mutucas e borrachudos. O autor descreve vários experimentos sugestivos de que até as modestas moscas de fruta são capazes de comportamentos flexíveis e com intencionalidade – marcas da consciência. Parentes delas, três tipos de formiga passariam até no teste de se reconhecer no espelho, categoria em que está a elite intelectual da bicharada, representada por humanos, chimpanzés, golfinhos e mais poucas espécies.

As repercussões desses achados para a ética não são desprezíveis. Fica mais difícil encontrar limites naturais para definir quais animais devem ser objeto de nossa consideração moral e quais não precisam. Qualquer decisão aí soará caprichosamente arbitrária.

Os *Diptera* saem em desvantagem. Eles não despertam muita solidariedade humana. Não sem motivos. Metade de todos os diagnósticos clínicos de doenças feitas no mundo tem insetos como agente causador, a maior parte mosquitos.

(Hélio Schwartzman. <https://www1.folha.uol.com.br>. 09.07.2022. Adaptado)

01. Ao introduzir o assunto do texto, no primeiro parágrafo, o autor

- (A) relativiza a originalidade dos estudos de Darwin sobre a evolução das espécies, tema já explorado pelo filósofo alemão Leibniz.
- (B) destaca como o livro “A origem das Espécies” impulsionou a construção do ideal de superioridade da espécie humana.
- (C) faz referência à formação das características humanas para confrontar a tese de evolução através de modificações lentas.
- (D) defende que o princípio fundamental sobre a evolução das espécies é negligenciado ao se analisar o papel do homem.
- (E) ressalta os riscos de se admitirem narrativas que contestem o lugar de destaque do homem entre as demais espécies.

02. Conforme expressa o autor, no segundo parágrafo,

- (A) a consciência é a característica evolutiva que melhor distingue os humanos das outras espécies de animais.
- (B) pesquisas atuais colocam em xeque o elevado grau de consciência que se tem atribuído aos humanos.
- (C) estudos indicam que o desenvolvimento da consciência não é característica exclusiva dos humanos.
- (D) o modo de organização de certos animais é sugestivo de que possam evoluir e desenvolver consciência.
- (E) a ideia de que alguns animais tenham consciência esbarra na incapacidade deles para reflexões complexas.

03. Considere as seguintes frases do texto.

- ... embarcamos em narrativas que nos colocam **no ápice** da criação. (1º parágrafo)
- **As repercussões** desses achados para a ética não são desprezíveis. (penúltimo parágrafo)

As expressões em destaque nas frases têm como sinônimos adequados ao contexto, respectivamente:

- (A) na vanguarda; os fundamentos.
- (B) na atmosfera; as impressões.
- (C) na liderança; os resultados.
- (D) no princípio; os reflexos.
- (E) no topo; as consequências.

04. Conforme conclui o autor, as descobertas trazidas na obra “Super Fly”

- (A) redefinem os limites entre o que podem ser considerados sinais de consciência e simples intencionalidade.
- (B) evocam questões éticas que impedem o aprofundamento de estudos sobre o nível de consciência dos animais.
- (C) reafirmam antigas certezas relacionadas ao comportamento de animais como alguns tipos de formigas.
- (D) trazem novas exigências de ordem moral no que diz respeito à maneira como percebemos os animais.
- (E) têm potencial para aumentar a nossa repulsa por insetos transmissores de doenças como mosquitos.

05. A expressão destacada na oração do primeiro parágrafo “**Todavia**, quando se discute o lugar do homem no mundo biológico, esquecemos esse princípio...” estabelece, em relação ao enunciado anterior, a ideia de

- (A) oposição, podendo ser corretamente substituída por “**No entanto**”.
- (B) conclusão, podendo ser corretamente substituída por “**Por isso**”.
- (C) causa, podendo ser corretamente substituída por “**Visto que**”.
- (D) tempo, podendo ser corretamente substituída por “**Desde que**”.
- (E) consequência, podendo ser corretamente substituída por “**De modo que**”.

Considere a passagem a seguir, do segundo parágrafo do texto, para responder às questões de números **06** e **07**.

Por muito tempo a descrevemos **como** atributo exclusivamente humano. Melhores e mais recentes pesquisas, entretanto, vão revelando que não é bem **assim**.

06. Os termos “como” e “assim”, em destaque, expressam circunstância de

- (A) afirmação e de finalidade, respectivamente.
- (B) modo, em ambas as ocorrências.
- (C) dúvida e de finalidade, respectivamente.
- (D) afirmação, em ambas as ocorrências.
- (E) modo e de intensidade, respectivamente.

07. Assinale a alternativa em que, na posição na qual a vírgula foi inserida na primeira oração, a redação está em conformidade com a norma-padrão de pontuação.

- (A) Por muito, tempo a descrevemos como atributo exclusivamente humano.
- (B) Por muito tempo, a descrevemos como atributo exclusivamente humano.
- (C) Por muito tempo a, descrevemos como atributo exclusivamente humano.
- (D) Por muito tempo a descrevemos, como atributo exclusivamente humano.
- (E) Por muito tempo a descrevemos como atributo exclusivamente, humano.

08. Assinale a alternativa em que a redação está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) A consciência foi por muito tempo erroneamente considerado um traço exclusivo da espécie humana.
- (B) Novas pesquisas lançam luz sobre antigas crenças relacionada às espécies que teriam consciência.
- (C) A acumulação de pequenas modificações resultam, de acordo com Darwin, na evolução das espécies.
- (D) Popularizado por Darwin, a frase “a natureza não dá pulos” pertence originalmente ao filósofo Leibniz.
- (E) A ausência de simpatia com os mosquitos se justifica pelas doenças transmitidas por essa classe de insetos.

09. Com a mudança da posição do pronome conforme indicado nos parênteses, a frase permanece de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal em:

- (A) ... a evolução ocorre através de pequenas modificações que **se** acumulam. (acumulam-**se**)
- (B) ... quando **se** discute o lugar do homem no mundo biológico... (discute-**se**)
- (C) ... embarcamos em narrativas que **nos** colocam no ápice da criação. (colocam-**nos**)
- (D) Ainda que bichos não **se** mostrem capazes de perguntar... (mostrem-**se**)
- (E) Parentes delas, três tipos de formiga passariam até no teste de **se** reconhecer no espelho. (reconhecer-**se**)

10. Leia o texto para responder à questão.

Scott Fitzgerald, Ernest Hemingway e Edgar Allan Poe foram escritores americanos de diversos gêneros, épocas e estilos. E todos com um traço em comum: alcoolismo. Não eram bons apenas de copo, como se diz. Eram ótimos de copo – eram alcoólatras.

No começo, dedicavam-se por igual ____ caneta e ____ garrafa, mas, depois de algum tempo, a garrafa engoliu ____ caneta. Todos tiveram a produção, a saúde e vida afetadas pelo enorme consumo de álcool.

Você poderá argumentar que a bebida não impediu que eles fossem considerados geniais. Mas isso é discutível. É provável que, sem a bebida, fossem ainda mais geniais. E, claro, teriam evitado os problemas financeiros que, em maior ou menor grau, atingiram todos eles e os obrigaram ____ trabalhar no que não gostavam para sobreviver.

(Ruy Castro. *O leitor Apaixonado*: prazeres à luz do abajur. São Paulo: Companhia das letras, 2009. Excerto adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão da língua, as lacunas do texto devem ser preenchidas com:

- (A) à ... à ... a ... a
- (B) à ... a ... à ... a
- (C) à ... a ... a ... à
- (D) a ... a ... a ... à
- (E) a ... a ... à ... a

11. No departamento de recursos humanos de uma empresa, há determinado número de currículos para serem analisados. Desse total, $\frac{5}{12}$ foram analisados na segunda-feira, e dos currículos restantes, $\frac{3}{7}$ foram analisados na terça-feira, ficando para quarta-feira a análise dos últimos 20 currículos. Sabendo que nesses três dias nenhum currículo novo foi recebido pela empresa, o número de currículos analisados na terça-feira foi
- (A) 25.
(B) 22.
(C) 21.
(D) 18.
(E) 15.
12. Uma pessoa comprou um automóvel e dois anos depois o vendeu com 15% de desvalorização sobre o valor da compra. Além disso foi descontada também a comissão do vendedor, no valor de R\$ 1.200,00. Após o desconto da comissão do vendedor, o valor recebido por essa pessoa foi de R\$ 43.000,00. O valor pelo qual esse automóvel foi comprado dois anos antes era de
- (A) R\$ 52.000,00.
(B) R\$ 51.200,00.
(C) R\$ 50.800,00.
(D) R\$ 49.500,00.
(E) R\$ 48.000,00.
13. Três amigos, Carlos, Jonas e Matias fizeram juntos uma aplicação financeira, que após um ano teve um rendimento de R\$ 850,00. Esse rendimento foi dividido de maneira diretamente proporcional ao valor que cada um deles colocou na aplicação. Sabendo que Carlos, Jonas e Matias colocaram, respectivamente, R\$ 800,00, R\$ 1.200,00 e R\$ 1.400,00, o valor recebido por Matias superou o valor recebido por Jonas em
- (A) R\$ 150,00.
(B) R\$ 125,00.
(C) R\$ 100,00.
(D) R\$ 75,00.
(E) R\$ 50,00.

14. O Serviço de Atendimento ao Consumidor de uma determinada empresa, quando deixa um cliente aguardando na linha telefônica, reproduz uma ligação padrão que se repete sem intervalos até o cliente ser atendido. Se um cliente permanecer aguardando na linha por 5 minutos, essa ligação padrão será repetida por 12 vezes. Para que essa ligação padrão se repita 18 vezes, é necessário que o cliente fique na linha por
- (A) 6 minutos e 50 segundos.
 - (B) 7 minutos e 10 segundos.
 - (C) 7 minutos e 30 segundos.
 - (D) 7 minutos e 50 segundos.
 - (E) 8 minutos e 5 segundos.
15. Cada um dos funcionários de um departamento de uma empresa precisa preencher 6 relatórios. Por questões administrativas, 2 desses funcionários foram designados para outras tarefas fora do departamento e, desse modo, cada um dos funcionários que permaneceu no departamento teve que preencher 3 relatórios a mais. O total de relatórios que precisam ser preenchidos é
- (A) 36.
 - (B) 42.
 - (C) 45.
 - (D) 48.
 - (E) 54.
16. Em um determinado banco, os três caixas, 1, 2 e 3, que trabalharam no período da manhã atenderam, em média, 18 pessoas cada um. Sabendo que o caixa 2 atendeu 25% a mais de pessoas do que o caixa 1, e que o caixa 3 atendeu duas pessoas a menos do que o caixa 2, então, o número de pessoas atendidas pelo caixa 2 foi
- (A) 14.
 - (B) 16.
 - (C) 18.
 - (D) 20.
 - (E) 22.
17. Determinada verba foi distribuída entre 5 departamentos de uma empresa de modo que a média dos três departamentos que mais receberam foi R\$ 4.100,00, e a média dos dois departamentos que menos receberam foi R\$ 450,00 a menos do que a média dos cinco departamentos juntos. Se o valor mais alto recebido superou em R\$ 500,00 a média dos cinco departamentos juntos, então, o maior valor recebido foi
- (A) R\$ 3.200,00.
 - (B) R\$ 3.350,00.
 - (C) R\$ 3.800,00.
 - (D) R\$ 4.300,00.
 - (E) R\$ 4.500,00.

18. Certo dia foram feitas 42 perícias médicas em uma determinada agência do INSS, para verificar se a pessoa permaneceria ou não com o pagamento de determinado auxílio. Se nesse total de pessoas periciadas, a razão entre o número de pessoas que permaneceram com o auxílio para o número de pessoas que não permaneceram com o auxílio foi $\frac{3}{4}$, então, o número de pessoas que permaneceram com o auxílio foi
- (A) 20.
(B) 18.
(C) 16.
(D) 14.
(E) 12.
19. Em um arquivo, foram colocados 48 processos, de modo que todas as gavetas desse arquivo ficaram com o mesmo número de processos. Sabendo que o número de gavetas corresponde a $\frac{1}{3}$ do número de processos colocados em uma gaveta, então, o número de processos de uma gaveta é
- (A) 6.
(B) 9.
(C) 12.
(D) 15.
(E) 18.
20. João colocou R\$ 1.000,00 em uma aplicação a juros simples, com taxa de 1% ao mês, durante 2 meses, e Carmem colocou R\$ 1.000,00 em uma aplicação a juros compostos, também com taxa de 1% ao mês, por 2 meses. Ao término desses 2 meses, é correto afirmar que
- (A) João e Carmem obtiveram o mesmo valor de juros.
(B) Carmem obteve R\$ 0,10 a mais de juros do que João.
(C) João obteve R\$ 0,10 a mais de juros do que Carmem.
(D) Carmem obteve R\$ 1,00 a mais de juros do que João.
(E) João obteve R\$ 1,00 a mais de juros do que Carmem.

LEGISLAÇÃO

21. Determinado servidor faleceu e sua companheira pretende saber se possui direito à pensão. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.

- (A) A companheira tem direito à pensão temporária, caso tenha filhos ou enteados não emancipados, até 21 anos de idade.
- (B) Desde que comprove união estável como entidade familiar com o servidor falecido, a companheira tem direito à pensão vitalícia.
- (C) Os pais do servidor falecido têm direito à pensão vitalícia, dado que dependiam de seu auxílio financeiro, de maneira que a companheira não recebe o benefício, por ausência de previsão normativa.
- (D) Comprovada a união estável, a companheira tem direito à pensão temporária, na habilitação com os demais titulares.
- (E) A companheira não possui direito à pensão, uma vez que esse direito é legalmente garantido aos cônjuges.

22. Determinada servidora da área da saúde habitualmente trabalha operando máquina de raio X, na qual há o manejo de substâncias radioativas. Assim, faz jus ao adicional de periculosidade. Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.

- (A) Se gestante ou lactante, deverá ser afastada do serviço enquanto durarem a gestação e a lactação, exercendo preferencialmente suas atividades no regime remoto.
- (B) A comprovação de que a servidora trabalha em local insalubre, além de perigoso, lhe dá direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade.
- (C) A servidora e seus locais de trabalho serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.
- (D) A servidora deve obrigatoriamente ser submetida a exames médicos a cada três meses.
- (E) O direito ao adicional de periculosidade deve ser incorporado à remuneração da servidora, até o término de seu vínculo com a administração pública.

23. Considerando a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.

- (A) O contribuinte aposentado que receba até dois salários-mínimos e comprove que não tem outra fonte de renda fica isento do imposto predial e territorial urbano, desde que prove possuir apenas um imóvel e que nele resida.
- (B) As salas de aula devem abrigar até trinta alunos.
- (C) A cessão de estabelecimentos de ensino municipais para a rede privada deve ocorrer mediante autorização do Poder Legislativo.
- (D) O Município instituirá tributação especial sobre atividades agrícolas, para promover o desenvolvimento rural.
- (E) As salas de aula provisórias poderão ser utilizadas por mais de um ano letivo.

24. Considerando as situações abaixo, assinale aquela que está de acordo com a Lei nº 4.220/92, do Município de São José dos Campos.

- (A) Professor temporário da rede pública deve contribuir mensalmente com 13% sobre o valor de sua remuneração à Previdência Municipal.
- (B) Servidor contratado especificamente para realizar recenseamento que já exerça cargo de professor concursado terá que contribuir à Previdência Municipal sobre as duas remunerações.
- (C) O Instituto de Previdência do Servidor Municipal poderá exigir, quando entender necessária, a confirmação da condição de estudante universitário e de independência econômica.
- (D) O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores não são considerados segurados do Instituto de Previdência, salvo se servidores municipais.
- (E) Os Diretores do Instituto de Previdência do Servidor Municipal serão nomeados pelo Prefeito, dentre os servidores municipais ativos ou inativos, desde que comprove quinze anos de exercício em cargo ou função no Município.

25. O Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Servidor Municipal emitiu parecer pela reprovação das contas, a partir da análise dos balancetes mensais e do balanço anual da autarquia. Considerando essa situação e a Lei nº 10.408/2021, do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta.
- (A) O parecer do Conselho Fiscal deve ser encaminhado ao Conselho Administrativo para deliberação.
 - (B) A atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ocorre após a reprovação das contas pelo Conselho Fiscal.
 - (C) Cabe à Diretoria Executiva deliberar sobre os balancetes mensais e o balanço anual, após o parecer do Conselho Fiscal.
 - (D) O Conselho Fiscal deve deliberar sobre os balancetes mensais e o balanço anual, sendo que a decisão pela reprovação das contas se dará por maioria absoluta dos votos dentre os seus membros presentes, cabendo ao seu presidente o voto de desempate.
 - (E) A Superintendência deve tomar ciência das prestações de contas anuais e de sua remessa ao Tribunal de Contas do Estado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Paulo sairá de férias do trabalho e o seu computador ficará à disposição de seus colegas. Pensando na segurança das informações referentes aos projetos sob sua responsabilidade, ele decidiu apagar os arquivos que não eram de uso geral. Considerando que Paulo usa o sistema operacional MS-Windows 10 na sua configuração padrão e que já tem uma cópia desses arquivos no seu *pen drive*, para evitar que esses arquivos sejam excluídos e recuperados novamente, após selecionar os arquivos, ele deve pressionar as seguintes teclas de atalho:
- (A) CTRL + X
 - (B) Delete
 - (C) SHIFT + Delete
 - (D) ALT + D
 - (E) CTRL + Alt + Del

27. No MS-Word 2016, em sua configuração padrão, existe uma maneira de identificar facilmente as alterações feitas em um documento. Imagine que as pessoas de uma equipe de trabalho podem fazer sugestões que o analista pode acatar permanentemente ou simplesmente rejeitar. Para ativar esse recurso para um determinado documento, de modo que ele seja visualizado já na sua forma final, considerando como aceitas todas as sugestões feitas pelos revisores, deve-se:

- (A) selecionar GERENCIAR FONTES BIBLIOGRÁFICAS na guia REFERÊNCIAS.
- (B) selecionar REFERÊNCIA CRUZADA na guia REFERÊNCIAS.
- (C) selecionar COMENTÁRIOS na guia INSERIR.
- (D) selecionar CONTROLAR ALTERAÇÕES e MARCAÇÃO SIMPLES na guia REVISÃO.
- (E) selecionar CONTROLAR ALTERAÇÕES e TODAS AS MARCAÇÕES na guia REVISÃO.

28. Carlos solicitou ao seu assistente Pedro que criasse uma apresentação sobre sua área de atuação, no MS-PowerPoint 2016 na sua forma padrão, destinada ao processo de integração de novos funcionários e à reciclagem de funcionários antigos. Para tornar a apresentação mais dinâmica para os novos funcionários, Pedro decidiu incluir alguns vídeos institucionais, disponíveis no Youtube. Para que a apresentação possa ser usada para os dois públicos, mas sem o acesso à exibição dos slides com os vídeos institucionais para os funcionários antigos, Pedro deve, a partir da apresentação original,

- (A) selecionar VERIFICAR ACESSIBILIDADE na guia REVISÃO.
- (B) selecionar GRAVAÇÃO DE TELA na guia GRAVAR.
- (C) selecionar VÍDEO na guia INSERIR.
- (D) selecionar LAYOUT DA WEB na guia EXIBIR.
- (E) selecionar APRESENTAÇÃO PERSONALIZADA na guia APRESENTAÇÃO DE SLIDES.

29. Imagine que o usuário diretor.financeas@empresa.com enviou um e-mail através da sua conta no Gmail. O campo CC está preenchido com gerente.depto01@empresa.com e gerente.depto02@empresa.com, e o campo CCO está preenchido com fornecedor@defora.com. A partir daí, pode-se concluir que

- (A) o gerente.depto02@empresa.com não consegue visualizar todos os destinatários do e-mail.
- (B) todas as pessoas que receberam o e-mail necessariamente têm conta no Gmail.
- (C) o e-mail foi enviado com cópia oculta para gerente.depto01@empresa.com.
- (D) o fornecedor@defora.com não consegue visualizar quem mais recebeu o e-mail.
- (E) todos os destinatários conseguem visualizar quem recebeu o e-mail.

30. Na figura a seguir, exibi-se uma planilha editada no Microsoft Excel 2016, a partir da sua configuração padrão, que será utilizada para calcular a quantia que um cliente deve receber por um determinado investimento, na data de vencimento do título. Para efetuar esse cálculo, foi utilizada a função RECEBER.

	A	B	C	D	E	F	G
14							
15	Título	Investimento	Data de Liquidação	Data de Vencimento	Taxa de Desconto	Base	Valor Final
16							
17	TIT01	R\$ 120.000,00	01/06/2022	30/11/2022	10%	Real/360	R\$ 126.389,70
18	TIT02	R\$ 120.000,00	01/06/2022	31/12/2022	10%	Real/360	R\$ 127.546,50
19	TIT03	R\$ 120.000,00	01/06/2022	31/01/2023	10%	Real/360	R\$ 128.724,67
20	TIT04	R\$ 120.000,00	01/06/2022	28/02/2023	10%	Real/365	

O resultado da fórmula = RECEBER(C20;D20;B20;E20;3), quando aplicada à célula G20, é

- (A) R\$ 129.878,63.
- (B) R\$ 129.662,52.
- (C) R\$ 128.596,59.
- (D) R\$ 130.715,05.
- (E) R\$ 129.807,69.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com a Constituição Federal, apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão é da competência
- (A) privativa do Presidente da República.
 - (B) exclusiva dos deputados federais.
 - (C) privativa do Ministro da Cultura.
 - (D) exclusiva do Congresso Nacional.
 - (E) concorrente do Presidente da República e do Congresso Nacional.
32. Considere que Marília deseja criar uma associação com o fim de proteger animais silvestres. Com base nessa situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) a criação da associação depende de prévia autorização do município.
 - (B) na medida em que a proteção dos animais silvestres é da competência da União, Marília precisa requerer autorização junto ao IBAMA.
 - (C) a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida liminarmente pelo juiz competente.
 - (D) Marília não poderá criar a associação, pois compete exclusivamente ao Estado cuidar dos animais silvestres.
 - (E) a associação poderá ter suas atividades suspensas por decisão judicial.
33. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 11.091/2005.
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades.
 - (B) A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento acarretará mudança de nível de classificação.
 - (C) O Poder Executivo promoverá, mediante decreto, a racionalização dos cargos integrantes do Plano de Carreira.
 - (D) O Plano de Carreira está estruturado em 4 (quatro) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada.
 - (E) A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará o princípio do desenvolvimento do servidor desvinculado aos objetivos institucionais.
34. Considere que João ocupa um cargo técnico-administrativo em educação, no âmbito de uma Instituição Federal de Ensino vinculada ao Ministério da Educação, é estável e deseja progredir por mérito profissional e obter liberação para realização do curso de Mestrado. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 11.091/2005, é correto afirmar que João
- (A) terá direito a progredir por mérito profissional a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício, desde que ele apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.
 - (B) poderá ser liberado para realização do curso de Mestrado, desde que tenha resultado favorável na avaliação de desempenho e mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício no cargo atual.
 - (C) terá direito a progredir por mérito profissional a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício, desde que ele apresente resultado favorável em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.
 - (D) poderá ser liberado para realização do curso de Mestrado, desde que tenha resultado favorável na avaliação de desempenho, mais de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo atual e mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade.
 - (E) terá direito a progredir por mérito profissional a cada 10 (dez) anos de efetivo exercício, desde que ele apresente resultado favorável em programa de avaliação de desempenho.
35. De acordo com a Lei nº 10.520/2002, a equipe de apoio do pregão deverá ser integrada
- (A) por 05 (cinco) servidores estáveis, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
 - (B) por 03 (três) membros, servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pelo pregão.
 - (C) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
 - (D) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo, obrigatoriamente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
 - (E) por 07 (sete) servidores ocupantes de cargo efetivo obrigatoriamente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

36. Considere que Luana deseja apresentar pedido de acesso a informações de interesse público à unidade do Ministério Público localizada na cidade de São José dos Campos. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que
- (A) o pedido será negado, pois o Ministério Público não se subordina ao regime da Lei nº 12.527/2011.
 - (B) são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
 - (C) o pedido deverá conter obrigatoriamente a identificação de Luana, com seu RG, CPF, estado civil, bem como anexar um comprovante de residência.
 - (D) deverá ser concedido o acesso imediato à informação requerida ou em até 30 (trinta) dias úteis, a depender do grau de complexidade do pedido.
 - (E) no caso de indeferimento do pedido, poderá Luana interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
37. Considere que Bartoldo, Januário, Josias e Marilda são candidatos ao cargo de presidente do Brasil. Como nenhum deles obteve a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos, haverá segundo turno entre Bartoldo e Januário. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) se Bartoldo morrer antes de realizado o segundo turno, Januário será declarado Presidente da República.
 - (B) o segundo turno ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a proclamação do resultado do primeiro turno.
 - (C) se Bartoldo ou Januário desistirem antes da realização do segundo turno, ocorrerá uma nova campanha política, com reabertura dos prazos para filiação.
 - (D) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação e se remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.
 - (E) se Bartoldo e Januário morrerem antes de realizado o segundo turno, Josias será declarado o Presidente da República, pois foi quem obteve o terceiro maior número de votos válidos.
38. A respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.
- (A) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
 - (B) Os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente com caráter decisório, e a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.
 - (C) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério e uma de *coach* de concursos públicos.
 - (D) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 9 (nove) Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 70 (setenta) anos de idade, de notável saber jurídico e reputação irretocável.
 - (E) Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de 1/3 (um terço) de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
39. Considere que a Empresa ABC há dez 10 (dias) está em débito com o sistema de seguridade social e deseja ser contratada pelo Poder Público para atuar na limpeza urbana. Com base nessa situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que a Empresa ABC
- (A) não poderá contratar com o Poder Público, mas poderá dele receber benefícios fiscais.
 - (B) poderá contratar com o Poder Público, pois está em débito com o sistema de seguridade social há menos de 30 (trinta) dias.
 - (C) não poderá receber incentivos fiscais, mas a legislação permite que ela contrate com o Poder Público.
 - (D) apenas não poderá contratar com o Poder Público se, além do débito com o sistema de seguridade social, também estiver em débito com os tributos municipais.
 - (E) está impedida de contratar com o Poder Público, assim como não poderá dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

40. Considere que Manuel, prefeito do Município X, sancionou uma lei que permite o chamamento de pessoa não aprovada em concurso público e, conseqüentemente, não pertencente ao Quadro do Magistério para assumir a regência de turma ou aulas, por um período de 1 (um) ano, renovável por igual período, se perdurarem as condições que determinaram o chamamento. Em face da autorização legal, Manuel convocou 50 (cinquenta) professores para assumir turmas da educação infantil por um 01 (um) ano. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:
- (A) o chamamento é legal, pois a legislação regulamentou o tema impondo um prazo máximo de duração no qual o professor trabalhará para o Município X.
 - (B) a convocação atende aos parâmetros constitucionais, pois a norma sancionada é apenas uma exceção à regra do concurso público.
 - (C) para que a contratação seja válida, é preciso que os casos excepcionais estejam previstos em lei, o prazo de contratação seja predeterminado, a necessidade seja temporária, e o interesse público seja excepcional.
 - (D) a convocação estaria conforme com o disposto na Constituição se Manuel editasse um ato administrativo motivando cada uma das contratações.
 - (E) o chamamento é legal, pois Manuel convocou menos de 100 (cem) professores e há um prazo limitado estabelecido pela lei, o que se conforma com o Texto Constitucional.
41. A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Podem ser apontados como características da categoria dos servidores públicos a profissionalidade e a definitividade.
 - (B) Os militares não podem ser considerados como agentes públicos.
 - (C) Não existem servidores públicos especiais.
 - (D) Há apenas duas categorias de servidores públicos: os estatutários e os trabalhistas.
 - (E) O regime estatutário rege a relação dos agentes ocupantes de empregos públicos.
42. A respeito da Concessão, Permissão e Autorização de Serviços Públicos, é correto afirmar que
- (A) o contrato de concessão é bilateral, intuito *personae* e informal.
 - (B) em decorrência do fato de a concessão ter como característica a comutatividade, não se admitem no contrato as cláusulas de privilégio.
 - (C) se admite que o serviço público seja delegado à pessoa física ou jurídica, bem como ao consórcio de empresas.
 - (D) como forma de remuneração pela execução do serviço delegado, o Poder Público deve fixar a taxa a ser paga pelos usuários ao concessionário.
 - (E) o concessionário desempenha a atividade delegada por sua conta e risco.
43. Considere que a Empresa Mais Construção, contratada por meio de licitação para a construção de uma ponte na Cidade Z, realizou alterações no orçamento de obras de engenharia causando desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em seu favor. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o dano provocado ao patrimônio da Cidade Z pode ser chamado de
- (A) sobrepreço.
 - (B) superfaturamento.
 - (C) reajustamento.
 - (D) repactuação.
 - (E) álea contratual.
44. De acordo com a Lei nº 8.666/93, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de
- (A) 05 (cinco) dias corridos para convite.
 - (B) 15 (quinze) dias úteis para tomada de preços.
 - (C) 30 (trinta) dias úteis para concorrência.
 - (D) 30 (trinta) dias corridos para convite.
 - (E) 45 (quarenta e cinco) dias corridos para concurso.
45. Assinale a alternativa que contempla somente atos administrativos ordinatórios.
- (A) Licença, permissão, regimento e portarias.
 - (B) Atestado, apostila, visto e ofício.
 - (C) Aviso, circular, despacho e ordem de serviço.
 - (D) Resolução, decreto, despacho e aviso.
 - (E) Autorização, deliberação, regimento e ofício.

- 46.** A respeito dos elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) A competência é um dos elementos do ato administrativo e, excepcionalmente, recebe a influência do direito privado, por exemplo, a derogabilidade e a prorrogação da competência.
 - (B) O objeto do ato administrativo é meio pelo qual se exterioriza a vontade da Administração, devendo ser lícito, determinado ou determinável.
 - (C) Motivo e motivação são institutos autônomos e o motivo deve ter congruência com o resultado do ato administrativo.
 - (D) A finalidade se confunde com o objeto do ato administrativo, de acordo com a doutrina dominante.
 - (E) Assim como no direito privado, no âmbito do ato administrativo atualmente vigora o princípio da liberdade das formas.
- 47.** O contrato de gestão
- (A) deve ser celebrado exclusivamente por órgãos públicos.
 - (B) também pode ser denominado de contrato de desempenho.
 - (C) somente pode ser endógeno, pois não há previsão legal autorizando a celebração de contratos de gestão com pessoas jurídicas não integrantes da Administração.
 - (D) não pode ser utilizado para ocupação de imóveis públicos.
 - (E) não pode ser utilizado com a finalidade de aumento da autonomia gerencial.
- 48.** Considere que Caio, Subsecretário da Saúde, deseja delegar parte de sua competência não privativa a outro órgão que não lhe é hierarquicamente subordinado, por razões de ordem jurídica. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que Caio
- (A) poderá delegar não só parte, mas também totalmente a sua competência, já que não é privativa.
 - (B) não poderá delegar sua competência a um órgão que não lhe é subordinado.
 - (C) poderia até mesmo delegar matéria de sua competência exclusiva.
 - (D) não poderá delegar sua competência com base em razões de ordem jurídica, mas apenas por circunstâncias de índole técnica, social e econômica.
 - (E) poderá revogar o ato de delegação a qualquer momento, já que ele é precário.
- 49.** A respeito das modalidades de licitação, assinale a alternativa correta.
- (A) A nova Lei de Licitações extinguiu as modalidades “tomada de preços” e “convite”, previstas na Lei nº 8.666/1993.
 - (B) Atualmente, admite-se a combinação de duas modalidades de licitação.
 - (C) Admite-se a utilização do pregão para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.
 - (D) Na concorrência, devem ser utilizados como critérios de julgamento exclusivamente o menor preço, melhor técnica e técnica e preço.
 - (E) O leilão deve ser cometido a leiloeiro oficial, há necessidade de registro cadastral prévio e fase de habilitação.
- 50.** Assinale a alternativa que está de acordo com a LC nº 101/2000.
- (A) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
 - (B) Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração líquida do servidor, considerando-se as deduções legais.
 - (C) Dívida pública mobiliária é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação para amortização em prazo superior a doze meses.
 - (D) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadri-mestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos quatro subsequentes.
 - (E) O Ministério da Fazenda divulgará, semestralmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- 51.** A respeito dos poderes da Administração, assinale a alternativa correta.
- (A) O poder de polícia, em sentido amplo, compreende toda e qualquer atuação estatal que restrinja a liberdade e a propriedade com o objetivo de satisfazer necessidades coletivas.
 - (B) O poder de polícia rege as relações nas quais a autoridade limita a liberdade do administrador com os quais possuem um vínculo especial.
 - (C) Os poderes administrativos devem ser exercidos, em regra, mediante prévia manifestação do Poder Judiciário.
 - (D) O poder hierárquico não confere ao agente hierarquicamente superior o poder de alterar competências.
 - (E) A aplicação do poder disciplinar pressupõe a definição, em lei, da conduta que se considera infratora e a pena a ser aplicada, nos moldes como se observa na tipicidade penal.

52. Na fase de elaboração de um projeto, para que a política pública alcance o resultado almejado, é necessário que o gestor público identifique as partes interessadas (*stakeholders*). A respeito do tema, é correto afirmar:
- (A) somente são considerados *stakeholders* as pessoas ou organizações que podem ser influenciados negativamente pelo resultado o projeto.
 - (B) o processo de desenvolvimento da matriz de partes interessadas começa com a identificação das agências ou das pessoas que fornecem as informações que serão necessárias como entradas do processo, as técnicas ou as ferramentas e, por fim, as saídas do processo, que serão utilizadas por clientes ou usuários dos resultados do processo.
 - (C) a identificação deve ocorrer na fase final do projeto, momento em que os *stakeholders* devem ser informados sobre os méritos da política pública, para que, assim, possam participar da sua implementação.
 - (D) em respeito ao princípio da transparência, o gerente do projeto deve fornecer as mesmas informações a todas as partes interessadas.
 - (E) a lista de partes interessadas é definida na fase inicial do projeto e é estática.
53. Considere que a Administração Pública proveu em cargo público e atestou a legalidade da investidura. Assim, o Tribunal de Contas
- (A) deverá apreciar a legalidade do ato de admissão, caso o cargo provido seja em comissão.
 - (B) poderá revogar o ato, caso considere que o agente não preenche os pressupostos legais para o provimento.
 - (C) deverá apreciar a legalidade do ato, caso o cargo seja de provimento efetivo.
 - (D) não precisará apreciar a legalidade do ato de admissão, pois somente exerce o controle das concessões de aposentadoria.
 - (E) não apreciará a legalidade do ato, pois somente exerce esse controle sobre admissões realizadas no âmbito do Poder Legislativo.
54. Considere que a Administração Pública celebrou contrato de parceria público-privada para a gestão de um parque público. O contrato, em sua matriz de risco, aloca no parceiro privado o risco de queda de demanda pelo equipamento público, inclusive em consequência de força maior. Com base nessa situação hipotética e no que dispõe a legislação, é correto afirmar:
- (A) embora o risco deva ser alocado na parte que possui as melhores condições de gerenciá-lo e mitigá-lo, a legislação autoriza que o parceiro privado assuma o risco por força maior.
 - (B) a matriz de risco não pode ser utilizada no referido contrato, pois as concessões sempre são executadas por conta e risco do parceiro privado.
 - (C) o risco de demanda pode ser assumido pelo parceiro privado, desde que não seja em consequência de força maior, em razão de ela estar na alea extraordinária.
 - (D) o parceiro privado apenas poderia assumir riscos derivados do fato do príncipe.
 - (E) a repartição de riscos deve restringir-se aos alocados na alea econômica extraordinária.
55. A respeito dos regimes jurídicos funcionais, assinale a alternativa correta.
- (A) A Constituição Federal determina que seja adotado o regime jurídico estatutário na Administração Direta e Indireta.
 - (B) Os servidores públicos podem celebrar convenções e acordos coletivos de trabalho.
 - (C) O agente público que possui vitaliciedade somente pode ser demitido após processo administrativo que garanta o exercício do contraditório e da ampla defesa.
 - (D) Os conselhos de fiscalização profissional, a despeito da sua natureza autárquica, podem contratar pessoal por meio do regime celetista.
 - (E) As disposições que regulam o regime estatutário se incorporam ao patrimônio jurídico dos servidores públicos.

56. Considere que o Instituto de Previdência pretende adquirir sistema de informática com o objetivo de viabilizar a tramitação virtual de seus processos administrativos. Após a publicação de edital, que possui condições de habilitação válidas, não surgem licitantes interessados na contratação. Passados 6 (seis) meses da realização da licitação, o gestor público responsável pelo projeto ainda pretende adquirir o sistema, pois entende que a sua implantação dará maior dinamicidade aos trabalhos internos. Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que
- (A) a contratação pode se dar por inexigibilidade de licitação, pois a competição se mostrou inviável.
 - (B) o gestor deverá realizar nova licitação, na modalidade de concorrência.
 - (C) a contratação poderá ocorrer por dispensa de licitação, devendo o ato que a autoriza ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
 - (D) o gestor somente poderá contratar por dispensa de licitação caso transcorra 1 ano da publicação do edital.
 - (E) a despeito da validade das condições de habilitação, elas deverão ser ajustadas em nova licitação, a fim de permitir que potenciais interessados participem do certame.
57. A respeito dos agentes de fato, assinale a alternativa correta.
- (A) Os atos dos agentes de fato devem, em regra, ser convalidados perante terceiros e o Estado responsabilizado por eventuais danos.
 - (B) A remuneração recebida pelo agente de fato deve ser devolvida ao Estado, sob pena de enriquecimento sem causa.
 - (C) Em respeito ao princípio da boa-fé e da continuidade do serviço público, o agente de fato investido em função pública há mais de 15 (quinze) anos possui direito à estabilidade.
 - (D) Os atos dos agentes de fato devem ser anulados, pois o vício de competência não admite convalidação.
 - (E) A teoria da aparência pode ser invocada na situação em que indivíduos exercem função pública em função de uma calamidade pública, devendo a Administração ser responsabilizada pelos atos por estes praticados.
58. A prerrogativa de a Administração executar diretamente a sua vontade, independentemente de manifestação do Poder Judiciário, corresponde ao conceito de
- (A) discricionariedade.
 - (B) imperatividade.
 - (C) autoexecutoriedade.
 - (D) poder de polícia.
 - (E) presunção de legitimidade.
59. A respeito da resolução de conflitos na Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Uma divergência entre um superior hierárquico e um inferior deve ser solucionada mediante a aplicação do poder disciplinar.
 - (B) A autotutela ocorre quando uma terceira parte é chamada a dar uma solução ao conflito, sendo o seu uso recomendado na Administração Pública.
 - (C) A mediação é um método autocompositivo que deve ser utilizado por meio da intervenção do Poder Judiciário.
 - (D) Os conceitos de mediação e conciliação são equivalentes, consistindo ambas técnicas por meio das quais um facilitador auxilia as partes a chegarem a um acordo, mas sem força-las.
 - (E) A arbitragem é um método heterocompositivo que pode ser utilizado na Administração, que possui por característica a informalidade e a capacidade de oferecer soluções rápidas e especializadas a solução de controvérsias.
60. Considere que o Diretor de uma Autarquia possui a atribuição legal de julgar recursos administrativos e pretende delegá-la, pelo período de um ano, a um órgão colegiado, por entender que a atribuição será por ele melhor desempenhada. Há medida busca ainda acelerar a tramitação de processos administrativos, pois estes tem permanecido por certo tempo represados em função do acúmulo de atribuições do Diretor. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a delegação
- (A) pode ser realizada, caso o Diretor se reserve no ato a possibilidade de exercer de forma concomitante a atribuição delegada.
 - (B) pode ser realizada, desde que o Diretor faça parte, ainda que formalmente, da composição do órgão colegiado.
 - (C) não pode ser realizada, pois para a delegação ser possível o ato deve ser revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
 - (D) não pode ser realizada, ainda que tenha por objetivo conferir celeridade aos processos administrativos.
 - (E) pode ser realizada, desde que o processo administrativo permaneça garantindo aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa.

